

Tema 692 do STF – IRPJ e CSLL - se aplica também a PIS e COFINS?

Houve decisão no STF com trânsito em julgado em data de 10.06.2022, onde ficou decidido pela exclusão da taxa Selic incidente sobre o valor da repetição de indébito tributário, ou seja, da devolução do valor pago indevidamente pelo contribuinte e a ele restituído.

O julgado do STF se referiu expressamente sobre os tributos IRPJ e CSLL, por entender que a SELIC neste caso não é acréscimo patrimonial e possui natureza indenizatória, já que é recomposição do valor da moeda.

Diante desta decisão do STF alguns contribuintes passaram a pedir na justiça que seja afastada a incidência também da SELIC da base de cálculo do PIS e COFINS.

Portanto, quanto a questão do IRPJ e da CSLL o contribuinte tem direito garantido, com base na decisão do Tema 962 do STF, onde o Supremo Tribunal Federal fixou a seguinte tese: “É inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário”.

Já os pedidos dos contribuintes quanto a aplicação da não incidência no PIS e COFINS, ainda não há uma decisão definitiva nos Tribunais, ou seja, há entendimento favorável, defendendo que a Selic sobre indébito tributário tem natureza indenizatória, e não de receita, logo deveria ser afastada também do PIS e COFINS.

Mas, há grande maioria dos juízes entendem que não, que a natureza jurídica IRPJ e CSLL é distinta da natureza jurídica do PIS e COFINS, neste caso os juízes têm aplicado o contido nas Leis 10.637/02 e 10.833/03, que disciplinam a cobrança do PIS e da COFINS no regime não cumulativo e as contribuições incidem

[...]



MODELO – PETIÇÃO RESTITUIÇÃO IMPOSTO DE RENDA ALIMENTOS

Ao Douto Juízo da Vara Federal de _____

Nome, nacionalidade, estado civil, RG, CPF, endereço____ , por seus advogados ao final assinados vem respeitosamente perante Vossa Excelência requerer

Anulatória de débito Fiscal com pedido de liminar

em face do **União Federal** (qualificação eletrônica), pelos seguintes fatos e fundamentos jurídicos a seguir aduzidos:

Da justiça gratuita

1. A parte autora requer a justiça gratuita, tendo em vista que não possui condições financeiras de arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família, conforme artigo 5º, LXXIV, da CF, bem como Código de Processo Civil nos artigos 98 e seguintes

Dos Fatos

2. A parte autora foi surpreendida com fiscalização do imposto de renda, ano calendário _____ por lançamento fiscal em razão de suposta Dedução Indevida de Pensão Alimentícia Judicial/escritura pública(extrajudicial).

3. Feita a declaração com apuração das receitas e pagamento de imposto pelo carnê-leão, com as deduções _____ de ajuste anual do imposto de renda da pessoa física – DIRPF.

Podendo ser também tópico por : Assim, especificamente em relação à apuração das deduções, foram verificadas as despesas contidas nos livros-caixa, deduções de contribuição previdenciária pública e privada, bem assim deduções a título de pensão alimentícia e despesas médicas.

[...]